

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: encontros e desencontros

SILVA, Berenice M^a Dalla Costa da¹
PEDRO, Vanize Dalla Costa²
JESUS, Eliane Maria de³

RESUMO

Objetivo deste trabalho é analisar e refletir o fenômeno do "regresso à escola", numa instituição pública da rede estadual de ensino do município de Juara-Mt, e apresenta, segundo as contribuições dos sujeitos envolvidos neste estudo, suas expectativas com relação ao ensino, buscando compreender a história de vida destes sujeitos para contribuir com as reflexões sobre os motivos que os impossibilitaram concluir os estudos em idade própria. Para tanto, recorreremos à metodologia de natureza qualitativa, coleta de dados realizada através de entrevista semi-estruturada, feita com quatro alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio da EJA. Para fundamentar a pesquisa utilizamos os estudos, opiniões e pensamentos de autores que abordam a presente temática. Os dados demonstraram que as expectativas latentes em todos os educandos da EJA são novas oportunidades no mercado de trabalho, maiores salários, estabilidade e melhores condições de vida para si e sua família. Estes sujeitos regressam à escola em busca de uma educação que faça a diferença em suas vidas e, por conseguinte, na sociedade, alcançando o direito de exercer sua cidadania. A relevância desta pesquisa está no sentido de que poderá trazer reflexões sobre a temática, as quais poderão ajudar no redimensionamento das ações educativas da referida escola.

Palavras - Chave: 1.Educação 2.Expectativas 3.Regresso à escola

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2010); Graduada em Administração (UNEMAT/EAD-2014); Especialista em Educação e Diversidade (UNEMAT-2012); Especialista em Psicopedagogia (AJES-2011); Professora Efetiva na Educação Infantil (Juara/MT); Professora Interina (UNEMAT-Campus de Juara).

² Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015); TDI (Técnica de Desenvolvimento Infantil) efetiva (Juara/MT)

³ Graduada em Pedagogia (Universidade de Goiás, Campus de Uruaçu, 2011); Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental (Universidade Federal de Goiás, Cepae, 2013).

Na graduação de Pedagogia, pesquisei a evasão escolar no ensino médio noturno de uma escola estadual. Diante dos resultados obtidos no trabalho sobre a evasão escolar e atuando como docente em turmas de Ensino Fundamental e Médio com o público de jovens e adultos no CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, de Juara-MT, me senti instigada a conhecer e pesquisar os educandos envolvidos neste espaço de escolarização. A pesquisa teve como objetivo analisar e refletir o fenômeno do "regresso à escola" e as expectativas desse público com relação ao ensino.

Muitos alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos, já viveram a escola, tem uma concepção e representação desta segundo suas experiências. Hoje retornam a mesma trazendo novas demandas, outras possibilidades. Neste trabalho se pretendeu conhecer quais as expectativas dos educandos da EJA com relação ao ensino, quando estes retornaram a escola. Buscou compreender a história de vida destes sujeitos para contribuir com as reflexões sobre os motivos que os impossibilitaram de concluírem a educação regular no tempo hábil. Investigou se há contradições entre as expectativas que trouxeram novamente estes sujeitos aos estudos e a realidade que eles encontraram na escola hoje.

Portanto, o problema de pesquisa procurou analisar as expectativas dos educandos com relação ao ensino, buscando para isto compreender a história de vida destes sujeitos para contribuir com as reflexões sobre os motivos que os impossibilitaram de concluírem a educação regular.

A investigação foi realizada em uma instituição pública da rede estadual de ensino, situada no Município de Juara-MT, com quatro alunas do primeiro e segundo ano do ensino médio. Os dados foram coletados através da metodologia de natureza qualitativa e entrevista semi-estruturada. Os resultados apontaram que as expectativas latentes em todos os educandos da EJA são novas oportunidades no mercado de trabalho, maiores salários, estabilidade e melhores condições de vida para si e sua família.

Para tanto, tal pesquisa visa contribuir com um estudo sobre as expectativas dos educandos no regresso à escola, as dificuldades encontradas por estes sujeitos neste retorno e busca diante dessas informações levantar reflexões que possam contribuir futuramente para pensar o alto índice de evasão escolar observado nos centros de educação de jovens e adultos.

Reflexões sobre a constituição da educação de jovens e adultos no Brasil

Desde seus primórdios, a educação oferecida a jovens e adultos, está imbuída de uma idéia de “dar oportunidade a quem não teve”. Mas a busca de uma inclusão nem sempre foi ou

é impulsionada pelos mesmos motivos. Há o constrangimento internacional causado por estatísticas que apontam uma grande população analfabeta; as necessidades de qualificação da mão-de-obra exigidas pelo sistema econômico; as políticas resultantes de demandas e reivindicações populares. Durante a história, diferentes atores e conjunturas contribuíram para diferentes formas de se encaminhar a questão. Houve muitos avanços e recuos.

Percorrido este longo e descontínuo caminho, chegou-se a um marco regulatório sob o qual se assentam as atuais políticas para a EJA. Baseia-se e constitui-se de declarações internacionais, legislação nacional, normas e pareceres, dentre os quais se destacam a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, definindo que:

Cada pessoa, criança, jovem e adulto, deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem [...], quanto os conteúdos básicos de aprendizagem (...), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo (BRASIL, 1998, p.4).

A Constituição Federal do Brasil, de 1988 à luz da idéia de que a educação deve ser para todos, estipula em dois artigos que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Artigo 205)” e “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Artigo 208)” (BRASIL, 1998).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, explicita que a oferta da Educação de Jovens e Adultos é obrigatória pelos poderes públicos na medida em que os jovens e adultos queiram fazer uso do seu direito público e subjetivo. A inclusão dessa modalidade como direito público e subjetivo pode ser considerada um avanço e uma conquista do ponto de vista das políticas públicas educacionais. Nestas Diretrizes foi reafirmado:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus

interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, Art. 37).

Outro documento importante, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, destaca três aspectos importantes para essa modalidade de ensino:

Princípios de equidade (currículo específico, que propicie um patamar igualitário de formação e restabelece a igualdade de direitos e oportunidades), princípios de diferença (reconhecimento das características, conhecimentos e valores próprios dos jovens e adultos) e princípios de proporcionalidade (disposição e alocação específica do currículo, com tempos e espaços que assegurem a mesma formação dada aos alunos da escola básica) (BRASIL, 2001, p.23).

O mesmo documento proclama que a EJA tem função reparadora, no sentido de restaurar o direito a uma escola de qualidade; função equalizadora, dando aos que estavam excluídos, maiores oportunidades que os demais; de modo a atingirem patamares semelhantes de oportunidades e desenvolvimento pessoal e intelectual e função qualificadora, possibilitando ao jovem e adulto retomarem seu potencial, desenvolverem suas habilidades, confirmarem competências adquiridas, traçarem um caminho de desenvolvimento de forma permanente e contínua, para a vida toda.

De grande importância, instituiu-se também o Plano Nacional de Educação, vigente para o período de 2011-2020. Este documento estimula o desenvolvimento de ações integradas em vários níveis e modalidades de ensino, visa a implementação de ações de alfabetização, fomento da expansão das matrículas, integração com a educação profissional, prestação de assistência ao estudante, diversificação do currículo, adequação às características dos jovens e adultos, formação continuada de professores, dentre outros aspectos.

Apesar da sólida legislação e regulamentação, percebe-se, entretanto, uma razoável contradição entre os princípios e objetivos declarados nos documentos e as práticas dos órgãos responsáveis pela aplicação destes princípios. Tanto as políticas implementadas quanto, principalmente, os orçamentos aprovados, acabam muitas vezes por contradizer ou ficar aquém das disposições dos textos oficiais. Constata-se uma ausência da União, recaindo sobre os Estados e principalmente sobre os Municípios as maiores responsabilidades na execução das políticas da EJA, sem que, no entanto, lhes seja dado um suporte orçamentário correspondente.

Entretanto, cabe enfatizar que, apesar das dificuldades enfrentadas, a EJA é um espaço importante dentro da sociedade capitalista para a classe trabalhadora ter acesso a um dos

locais onde é plausível a construção do conhecimento, que possivelmente, abrirá outros caminhos ou meios de reflexão.

A Escola como um Espaço de Múltiplos Significados: EJA, experiências e desafios

A Educação de Jovens e Adultos está inserida dentro de programas que visam uma educação de caráter inclusivo, que busca atender um público que, por questões diversas, não tiveram acesso, não puderam iniciar ou tiveram que abandonar precocemente os estudos na escola formal.

De um modo singular, o nosso país tem buscado construir condições de alfabetização social ao exercício da cidadania consciente e crítica. [...] A Educação de Jovens e Adultos – EJA – é uma das políticas nacionais que vem contribuir para inclusão social (PICAWEY & WANDSCHEER, 2006, p.64).

À semelhança das políticas ditas de “discriminação positiva”, ou de caráter afirmativo, a EJA também deveria ser, idealmente, algo apenas transitório, de modo que, findo um período determinado, não mais fosse necessário um ensino apartado para uma população específica, porque estes, ao fim, não seriam mais excluídos. Mas, como foi dito, isto seria o ideal; e a realidade social ainda está muito longe desta possibilidade.

A história do Brasil está fundada e permeada em múltiplas desigualdades. É neste contexto e com estas premissas que o ensino formal também foi fundado: uma fábrica de exclusão. Para a grande maioria da população, estudar sempre foi, senão uma impossibilidade, um grande desafio a exigir renúncias e sacrifícios, nem sempre possíveis de serem superados. Um sistema fundado no latifúndio, na pobreza e no desemprego e subemprego estruturais, cria inúmeras dificuldades para que um filho de trabalhador consiga permanecer escolarizado. Sobre este aspecto, Fiorotti (2008, p. 28-29) relata:

Desde a formação da classe operária no Brasil nos deparamos com situações em que adolescentes se vêem obrigados a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou o de suas famílias. Gente muito jovem é privada de oportunidade de educação e formação profissional porque é obrigada a levar prematuramente uma vida adulta condenada a um presente incerto e sem perspectivas.

As populações rurais também enfrentam enormes dificuldades para acessarem a escola, devido tanto a iguais condições precárias de trabalho e renda, quanto às distâncias entre a casa e a escola.

Outro recorte para a análise da exclusão escolar reporta a questões de gênero. Na divisão sexual do trabalho, à mulher é atribuído o cuidado com os filhos e a quase totalidade das tarefas domésticas. Ideologicamente, o serviço “do lar”, ao invés de ser valorizado pela sua importância na reprodução de todo ser humano e, portanto, por sua indispensável contribuição à estrutura da vida em sociedade, acaba, ao contrário, sendo visto como uma tarefa desprovida de valor. Então, muitas mulheres, pela sua condição de gênero, acabam sendo excluídas do acesso à escola.

Ao se analisar as atividades domésticas realizadas pela grande maioria das meninas que cursam o Ensino Médio, percebe-se que o trabalho executado por estas adolescentes, muitas vezes ultrapassa a simples ajuda ou participação na distribuição de tarefas dentro de casa. Cuidar da casa e de irmãos menores são tarefas que assumem características de trabalho, com todos os prejuízos que este pode trazer à escolarização (FIOROTTI, 2008, p.27).

O reflexo de toda esta realidade é uma sociedade com uma histórica alta taxa de analfabetismo absoluto e funcional, fruto de um grande contingente de pessoas que nunca puderam freqüentar uma escola, um acesso limitado e precário ao ensino básico, uma educação de baixa qualidade, uma elevada taxa de repetência e evasão, um enorme afunilamento do caminho que leva à universidade e um quadro geral bastante desalentador.

Sobre esse assunto, Friedrich (2010, p.405) pontua:

A reflexão sobre a educação aponta para a educação de adultos como resultado da ineficácia do Estado em garantir, por meio de políticas públicas adequadas, a oferta e a permanência da criança e do adolescente na escola. Sendo assim, as iniciativas em EJA, em sua grande maioria, caminham na marginalidade do processo educativo.

Muitos programas de alfabetização são concebidos como uma ação de caráter voluntário, e segundo Vóvio (2010, p. 64) estes acabam “marcados por um cunho de doação, favor, missão, e movidos pela solidariedade tal como concebida na perspectiva liberal de ajuda aos mais pobres, de caridade para com os desfavorecidos”. Esta escolarização é imbuída de um caráter reparador quase assistencialista e reflete posturas de individualismo,

competição, consumismo e subordinação, bem de acordo com as dinâmicas da sociedade capitalista.

Nesse contexto, outro aspecto a ser destacado é o permanente e intenso debate acerca dos princípios e objetivos da Educação para Jovens e Adultos. Ainda hoje predominam duas concepções diferentes dadas à EJA.

A primeira, impregnada pelo pensamento liberal, lhe atribui um caráter de mera escolarização acelerada, supletiva, compensatória e residual, com o objetivo de resgatar os estudos perdidos, garantir qualificação, instrução e uma inserção social com relativa independência e autonomia, acesso ao mercado de trabalho e de consumo. Sobre essa visão Rodrigues (2010, p. 55) pontua: “os grupos que a freqüentam são compreendidos a partir de uma demanda assistencial aos que não tiveram acesso ao ensino na idade correta”.

A segunda forma de pensar a EJA lhe atribui um caráter amplo, humanista e transformador, que valoriza os saberes prévios do aluno e a transformação da realidade social.

Esta concepção é herdeira do pensamento de Paulo Freire, educador e filósofo pernambucano que na década de 60 criou um método popular e dialético de alfabetização de adultos. Traz, também, conceitos desenvolvidos nos grupos de educação popular, criados por sindicatos, igrejas e movimentos sociais. Nesta perspectiva, para Vivian (2008, p. 38), faz-se necessário:

Promover a construção de uma educação ampla, para a vida, que não se restringe somente a suprir as carências da escolarização [...] percebendo o jovem e adulto como sujeito de direitos específicos em seu tempo de vida [...], valorizando seus conhecimentos de vida [...] e compreendendo que aprendemos em todas as idades.

Dependendo das conjunturas políticas e atores envolvidos, alternam-se, mesclam-se ou complementam-se elementos das distintas formas de conceber a EJA. Em certos momentos, a força dos movimentos populares e reivindicatórios, ainda que localmente, consegue fazer avançar um compromisso com uma educação emancipatória. Por vezes a realidade encontrada pelos educadores acaba sendo um limitador de posturas mais heterodoxas.

O universo que envolve a EJA, ao contrário do que superficialmente possa parecer, apresenta uma gama enorme de diversidades. Trata-se de um mundo heterogêneo, onde se encontram jovens e adolescentes, adultos e idosos. Pessoas com idades, culturas, trabalhos, rendas, experiências, perspectivas de vida e pontos de vista muito diferentes. Histórias muitas vezes parecidas, mas que trazem o olhar único de cada um que as viveu. Sonhos que vão desde a mera capacidade de ler e escrever, passando pela premência de melhorar de vida,

através da qualificação para obtenção de trabalho e renda, até o desejo de tornarem-se cidadãos emancipados, certos de serem depositários de direitos inalienáveis, dispostos a lutar não só por uma melhoria individual, mas também por um mundo onde todas as pessoas efetivamente tenham as mesmas oportunidades e condições de vida desde a mais tenra idade.

São todos estes contextos que tornam a Educação de Jovens e Adultos mais desafiadora. Ao professor caberá a regência destas realidades, a demandarem sua sensibilidade e flexibilidade. Ele não tem que ser mago apenas maestro. Mas jamais poderá se conformar a situações que lhe pareçam injustas, tenham elas origem na realidade social ou em deficiências das políticas públicas. É, acima de tudo, um profissional, e não um mero vocacionado.

Ao fim, ficam questionamentos que retratam a realidade explícita e retiram da discussão qualquer possibilidade de romantismo. Porque são as dúvidas, muito mais do que as certezas, que fazem surgir o novo, o revolucionário:

Como lidar com alunos que chegam cansados, a ponto de dormir durante quase toda a aula? Como auxiliar os alunos no seu processo de aprendizagem, com atendimento extra ou atividades complementares, se uma grande parte deles trabalha mais de oito horas diária, inclusive no final de semana? Como atender às diferenças de interesse geracional, tendo na mesma sala adolescentes e idosos? Como administrar, no processo de ensino-aprendizagem, as constantes ausências, em sua maioria justificadas por questões de trabalho, família e doença? Por outro lado, como o professor deve proceder para reconhecer e validar os conhecimentos prévios que os alunos da EJA já trazem? Como trabalhar de forma interdisciplinar se as disciplinas continuam sendo ‘gavetas’ isoladas e com tempo mínimo para algumas áreas de conhecimento? Como o professor, a coordenação da escola e os representantes das secretarias podem ousar na proposição de atendimento diferenciado, que modifique a dinâmica da escola, seja com alternativas de matrícula aberta, avanços progressivos, organização curricular de base paritária, tempo presencial e atividades complementares? (MACHADO, 2009, p. 30).

Que haja EJA hoje, para que não precise haver EJA amanhã!

ELABORAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No decorrer do texto os entrevistados serão identificadas como: aluna “A”, “B”, “C” e “D” para preservar a identidade das entrevistadas. A seguir serão representados em forma de tabela, para maior entendimento e clareza, alguns dados do roteiro da entrevistados:

TABELA 1 – Perfil das Entrevistadas

	Idade Atual	Idade que tinha quando parou de estudar	Série que estava quando parou de estudar	Série que esta cursando
Aluna "A"	28	17	8 ^a	2 ^o
Aluna "B"	48	11	5 ^a	1 ^o
Aluna "C"	38	13	4 ^a	1 ^o
Aluna "D"	30	17	7 ^a	2 ^o

FONTE: Entrevista concedida em 21/10/2012, pelas participantes da pesquisa.

A sala selecionada para a pesquisa era composta 100% por um público feminino. De acordo com Bernardim (2008, p.146), o número maior de mulheres freqüentando uma educação compensatória é marcado pela “condição de gênero que determinou uma discriminação histórica no sistema educacional”.

Além disso, a mulher ainda vive a própria diferenciação dentro da classe trabalhadora, quando pensado que estão sujeitas, ainda jovens, ao ingresso no mundo do trabalho por meio de ocupações domésticas e de baixa remuneração e “ainda sofrem a condição de marginalização marcada pelo modelo patriarcal, restando-lhes poucas chances de se inserir em melhores condições de trabalho” (BERNARDIM, 2008, p.146).

Destaca-se aqui, a necessidade de sobrevivência pelo trabalho. Este histórico vem confirmar o cotidiano do público que constitui a EJA, pessoas que hoje são alunos porque prematuramente precisaram ser trabalhadores.

Quando perguntado quais foram os motivos que as fizeram voltar a estudar, ficou evidente nas respostas de todas entrevistadas a importância que a educação tem em suas vidas e a credibilidade de ser através dela o alcance a mudanças sociais e econômicas. Existe uma clara associação por partes delas entre escola, educação e melhores condições de vida.

Assim a escolaridade é vista como um passaporte para o ingresso no mercado e para a ascensão na carreira, através de melhores ocupações e renda, do que propriamente como condição para a emancipação humana e a libertação intelectual (BERNARDIM, 2008, p. 162).

Percebe-se então, que a realização de sonhos, projetos de vida, conquista de algo que lhe é devido e principalmente a alta valorização da sociedade e o mercado de trabalho ao saber letrado são fatores significativos para o retorno deste público a escola.

Ao serem indagadas sobre quais contribuições acreditavam a EJA poder trazer para suas vidas, as falas coincidiram com a questão que invocava os motivos de permanecerem na escola estudando. As respostas revelaram a unanimidade sobre recuperar o tempo perdido em

um espaço de tempo menor e a esperança de uma ascensão social através do estudo eficiente, novamente entendida como forma de bom trabalho e melhores salários.

A escola e o professor devem [...] corresponder às expectativas dos alunos que buscam nas turmas da EJA exatamente recuperar o tempo que ficou para trás. [...] São alunos que buscam nessas classes a possibilidade de ascender social, econômica, profissional e culturalmente, passando de fato, a fazer parte de uma comunidade que até então o excluía (BERNARDIM, 2008, p. 171).

O público frequentador das salas da EJA tem muita vontade de aprender, alguns demonstram enorme sede por novos conhecimentos, compreendendo ser ali um espaço de novas oportunidades. Reconhecem a importância da educação e da cultura letrada na atual sociedade e que a EJA se constitui numa ponte entre eles e esta sociedade moderna que privilegia detentores do conhecimento escolar. Observa-se então que as pessoas construíram uma idéia de que a educação trará uma qualificação para o trabalho e em consequência melhores condições de vida, por essa razão retornam a escola.

Em suas narrativas, os educandos expressaram um universo contraditório da educação e do trabalho que vivenciam na sociedade capitalista ao apontarem que um dos principais motivos de abandonarem os estudos ter sido a necessidade de sobrevivência pelo trabalho, e o de retornarem ser as dificuldades de se manterem empregados ou mesmo de conseguirem uma melhor colocação no mercado de trabalho por lhes faltar o estudo.

Na realidade, a escola é hoje o principal mecanismo de legitimação meritocrática de nossa sociedade, pois supõe-se que através dela tem lugar uma seleção objetiva dos mais capazes para o desempenho das funções mais relevantes, às quais se associam também recompensas mais elevadas (BERNARDIM, 2008, p. 145).

Um dos questionamentos trazidos pela pesquisa indagava se o aluno gostaria de apresentar alguma sugestão para que a EJA melhorasse e correspondesse a suas expectativas.

As preposições ficaram em torno de aulas com menos conteúdos na lousa, mais visitas no laboratório de informática, leituras feitas pelos alunos, visitas em lugares interessantes para fazer pesquisa, mais brincadeiras na quadra, entre outros.

Observa-se nestes depoimentos que para os alunos a sala de aula está cada vez mais sem atrativos e estes cada vez mais desinteressados no seu modelo tradicional baseado na transmissão de conhecimentos para memorização e reprodução. “A oferta atual de informações é cada vez maior e melhor fora da sala de aula, graças aos novos recursos tecnológicos em especial a Internet e a Multimídia interativa” (SILVA, 2003, p. 13).

Fica evidente a relevância da transformação desta realidade, basta ouvir as alunas e percebe-se que algo não vai bem. É eminente lançar mão de estratégias diferenciadas, preparar conteúdos mais significativos para este público, diminuir a preocupação com notas e aumentar a preocupação com o aprendizado, compreender melhor a realidade dos educandos da EJA. Construir um ambiente favorável ao aprendizado é imprescindível quando falamos de alunos da EJA.

Grandes são os desafios da EJA. O principal, e fundamental, é conseguir trazer para a escola e nela permanecerem esses sujeitos que não chegaram a frequentá-la na infância ou dela foram excluídos. Isso exige organização escolar e um projeto político-pedagógico que leve em conta as condições e necessidades deste público diferenciado, ou seja, de classes sociais economicamente desfavorecidas.

Analisando as respostas dos entrevistados encontramos aspectos bastante debatidos atualmente em pesquisas realizadas sobre a EJA. Por essa razão, entendemos a importância de pesquisas que se proponham a dimensionar a vida escolar através das percepções dos próprios alunos, tendo assim um olhar realista dos trabalhos da escola e das lacunas que se apresentam neste segmento. Estas análises permitem a formulação de um diagnóstico claro sobre a situação educacional existente, vindo desta forma contribuir positivamente com pesquisas futuras que abordem essa temática.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir da revisão literária sobre educação de jovens e adultos foi observado que a disputa pelo “direito” à educação por parte de um conjunto de sujeitos que vivenciou a “exclusão” desta, é algo constante na sociedade. A própria necessidade da existência da EJA, indica isto.

O principal objetivo desse trabalho foi compreender as expectativas dos alunos jovens e adultos do CEJA-Juara em relação ao retorno a escola. A pesquisa possibilitou uma reflexão sobre vários aspectos relevantes no contexto destes sujeitos. São jovens e adultos que possuem um histórico de repetência, de abandono da escola, desmotivados com a instituição e com eles próprios. Fatores que se constituem num entrave para um possível sucesso escolar.

Ao mesmo tempo, estes sujeitos manifestam a consciente percepção de que atualmente a conclusão dos estudos básicos e o nível superior são prioridades para conseguirem um emprego com melhores salários. Demonstram claramente em suas respostas acreditarem que a escola viabilizará o caminho para a igualdade de oportunidades e transformação social. Aparecendo

nesse contexto a maior expectativa de todos os entrevistados; que o retorno a escola será a porta de acesso a outra condição social, que lhes proporcionará um trabalho digno com bons salários, um futuro economicamente estável, não sendo o dos trabalhos pesados, desgastantes, pouco reconhecidos e mal remunerados e melhores condições de vida.

Diante dessas expectativas fica eminente o compromisso do CEJA-Juara em buscar valorizar o educando, independente de sua habilidade, para este sentir-se incluído e capaz de se promover e se perceber competente.

São inúmeras as dificuldades. Diante disso, amplia-se o compromisso dos educadores em trabalhar conteúdos condizentes com a realidade do aluno buscando através destes, meios para os educandos desenvolverem sua capacidade e aprendizado de forma espontânea manifestando suas idéias e suas emoções.

Nessa perspectiva, educadores necessitam uma formação profissional contínua, para terem acesso a diversos métodos, adaptando seus conteúdos às necessidades do seu alunado. Só por esse caminho será possível reverter o quadro atual, de descrédito, falta de estímulo e evasão escolar.

Nesse sentido, a escola continua sendo um espaço de mudanças, com o compromisso de contribuir significativamente no processo de incentivo a uma educação de qualidade, onde os alunos tenham a oportunidade de interagir e se apropriar dos conteúdos, transformando informação em conhecimento, principalmente, no que se refere à conquista do Nível Superior, um sonho almejado por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BERNARDIM, Marcio Luiz. **Educação do Trabalhador:** da escolaridade tardia a educação necessária. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Coletânea de Leis de Ensino. Porto Alegre: CORAG, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Coletânea de Leis de Ensino. Porto Alegre: CORAG, 1998.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990. Brasília: UNESCO, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. São Paulo: ANDE/Cortês, 1996.

FIOROTTI, Vilma. **O Jovem e o Mundo do Trabalho**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), Proposta Didática Pedagógica, 2008.

FRIEDRICH, Márcia. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

MACHADO, Maria Margarida. Políticas e Práticas Escolares de Educação de Jovens e Adultos como Direito à Cidadania e Formação de Professores. Salto para o futuro. Educação ao longo da vida. Texto 3. Ministério da Educação. Ano XIX, Nº 11. Setembro/2009.

PICAWY, Maria Maira; WANDSCHEER, Maria Sirlei Xavier. Educação de Jovens e Adultos: Uma Análise Pedagógica do Texto Legal. In: SCHEIBELL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Org.). **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Pallotti, 2006. P. 187-193.

RODRIGUES, Rubens Luiz. **Estado e políticas públicas para a educação de jovens e adultos: desafios e perspectivas para um projeto de formação humana**. Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte. Autêntica. 2010. P. 44-60.

SILVA, Marcos. **Reinventar a sala de aula na Cibercultura**. Revista pedagógica Pátio. Porto Alegre: Artmed. Ano VIII, n. 31, mai / jul. 2003.

VIVIAN, Danise. Mediações pedagógicas: entre a educação de jovens e adultos e o trabalho. Universidade Federal do Rio Grande di Sul. Programa de Pós Graduação, Dissertação de Mestrado. 2008.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **Formação de educadores de jovens e adultos: a apropriação de saberes e práticas conectadas à docência**. Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.